

**ATA**

Aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Bruno Alberto Vieira Fernandes e Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo.-----

Não compareceu o Vereador Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereadora Maria Helena Soeiro – Começou por desejar um bom ano de 2018 a todos. Prosseguiu a sua intervenção, recordando que o início do anterior mandato tinha sido inaugurado por uma entrevista da Vereadora da educação, Adelina Paula Pinto, onde foi referida a necessidade de rever a Carta Educativa, profundamente desatualizada e datada de 2006. Continuou, referindo que, um ano mais tarde, a Vereadora da Educação disse que o encerramento de escolas não deveria ocorrer sem a atualização da referida Carta Educativa. De seguida, recordou as intervenções que no anterior mandato foram feitas por parte da Coligação Juntos por Guimarães sobre este assunto e que o dia 13 de fevereiro de 2016 tinha sido a última data que havia sido apontada para a sua conclusão. -----

2 – Vereadora Adelina Paula Pinto – Sobre a intervenção da Vereadora

Helena Soeiro disse que mantinha o entendimento de que a Carta Educativa, que considerou um documento fundamental, deve ser um instrumento dinâmico com possibilidade de permanente inserção e interseção de dados. Disse, ainda, existir um documento com a análise feita por escola, respeitante ao número de alunos, queda demográfica e demais elementos, esclarecendo que o único problema que subsiste respeita à forma de tornar esta plataforma dinâmica e atualizável. Acrescentou, ainda, existir um novo programa do Ministério da Educação, o E-360, estando a ser trabalhada com a Secretaria de Estado da Educação a possibilidade de ser compatibilizado por forma a tornar os dados do concelho elementos chave e visíveis. Por último, reconheceu a importância do documento, mas afirmou que discorda de uma metodologia que assente em fazer apenas uma atualização de dados e seguir a matriz da anterior Carta Educativa. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

I. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 22 de dezembro de 2017, que aprovou a conta final, bem como o auto final da empreitada designada por **“Reperfilamento do troço viário entre a EN101 e a área central da Vila de Ponte – 2.ª Fase”**, nos valores, respetivamente, de €348.289,88 + IVA e de €3.711,60 + IVA. -----

II. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 22 de dezembro de 2017, que aprovou a conta final, bem como o auto final da empreitada designada por **“Parque de Lazer das Taipas”**, nos valores, respetivamente, de €175.876,28 + IVA e de €9.737,77 + IVA. -----

III. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 15 de novembro de 2017, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: **“1. Atenta a necessidade de executar a obra de: Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica Freitas e Fernandes para**



instalação da UNU – S. Sebastião, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €747.639,39 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.1.3.10 do Plano Plurianual de Investimentos de 2017. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €747.639,39 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 180 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Artur Corte Real – Chefe de Divisão de Estudos e Projetos; b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de divisão de empreitadas; b) Vogal: José Miguel Fernandes – Técnico superior da Divisão de Empreitadas; É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais.” - **IV.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de dezembro de 2017, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Percurso Pedonal no Adarve – Oliveira do Castelo, submete-se à

consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €534.652,14 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.5.1.4420 do Plano Plurianual de Investimentos de 2018. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €534.652.14 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 150 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de divisão de empreitadas; b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Gilberto Fortunato Costa Fernandes – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Miguel Fernandes – Técnico superior da Divisão de Empreitadas; É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais.” -----
V. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de dezembro de 2017, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Conservação Corrente do Pavimento das vias do Concelho de



Guimarães - 2018, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €368.205,35 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.02 do Plano Plurianual de Investimentos de 2017. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €358.205,35 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 365 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta de mais baixo preço; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: José Parcidio Salgado – Chefe da Divisão de Administração Direta; b) Vogal: Gilberto Fortunato Fernandes – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira – Técnico superior da Divisão de Empreitadas. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais.” -----

VI. Dos ofícios da Assembleia Municipal n.ºs 236 a 259, datados de 20 de dezembro de 2017, que comunicam a tomada de conhecimento e a aprovação de propostas em sessão da Assembleia Municipal, realizada no passado dia 19 de dezembro, que se dão aqui por reproduzidos e ficam

arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2017. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Bruno Fernandes e Ricardo Araújo não participaram na votação uma vez que não estiveram presentes na reunião. -----

CÂMARA - VOTO DE LOUVOR - ATLETA MIGUEL MATOS – Presente a seguinte proposta: “O jovem Miguel Matos dedica-se aos desportos motorizados e, apesar da sua ainda curta carreira, conseguiu já um palmarés digno de relevo. Iniciou-se em 2012 no karting e, no ano seguinte, sagrou-se Campeão do Troféu de Inverno de Karting, vencendo ainda a Taça dos Campeões de Karting. No ano seguinte venceu o Troféu Norte de Portugal de Karting, rumando aos automóveis, alcançando vários triunfos na sua categoria. O ano de 2016 fica marcado por uma nova evolução na sua carreira, passando a correr em monolugares de Fórmula Ford, categoria em que, no ano transato, se sagrou campeão com seis triunfos absolutos. Assim, em reconhecimento da sua dedicação, competitividade e talento, sempre traduzidos em sucessos e títulos desportivos de relevo, proponho a aprovação de um Voto de Louvor ao atleta Miguel Matos.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS - MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO DA CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO CREMATÓRIO DE GUIMARÃES – Presente, para aprovação, a minuta de contrato de concessão, construção e exploração do Crematório de Guimarães, adjudicada por deliberação de 19 de outubro de 2017 ao concorrente “Consórcio Servilusa – Agência



Funerárias, SA/Nuno & Pereira – Construção Civil, Lda.”, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

URBANISMO - JOSÉ MANUEL SALGADO FERNANDES - CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – Presente a seguinte informação: “Solicita-

se emissão de certidão de interesse municipal referente a uma reestruturação a levar a efeito em edifício preexistente sito na Rua de Sezim, com o objetivo de encetar projeto de transformação de uma habitação em Turismo de Habitação. De acordo com o Plano Diretor Municipal, o local encontra-se maioritariamente classificado em Solo Urbano – Espaços Residenciais, sendo a área posterior do terreno inserida em Solo Rural - espaços agrícolas, Reserva Agrícola Nacional (RAN), tendo ainda sido identificados bens imóveis com interesse patrimonial. Do estrito ponto de vista urbanístico, de acordo com informação prestada pela DU (Divisão de Urbanismo) a 13.11.2017, apesar da construção de quinta original, apresentar já diversas alterações que interferem na sua leitura de conjunto, considera-se que a intervenção e alteração de função para a vertente turística, representam uma oportunidade para a salvaguarda dos valores arquitetónicos e naturais do local. O parecer da DDE (Divisão de Desenvolvimento Económico), datado de 29.11.2017, refere um investimento de €233.586,08, a 12 meses e a criação de dois postos de trabalho, a que se soma a reabilitação de património construído e a sua devolução à economia do concelho (com vida útil, prevista em investimento, de 20 anos), pelo que se considera dar sequência à emissão de certidão de interesse público solicitada. Dada a especificidade da atividade desenvolvida, por forma a melhor complementar as informações de teor urbanístico e económico prestadas, foi consultado o parecer da Divisão de Cultura e Turismo (DCT), datado de 22.11.2017 que manifesta um parecer

favorável, salvaguardando a alteração da tipologia de classificação de Turismo de Habitação para Casa de Campo. Desta forma, sendo proposto por parte do requerente a alteração da tipologia de classificação para Casa de Campo, cuja noção refere o n.º 4 do artigo 18º do referido Decreto-Lei, verifica-se estarem reunidas as condições para a emissão da certidão solicitada. À consideração superior.” As referidas informações dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

URBANISMO - TECELAGEM JORTEXTEIS, LDA - INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO PDM PARA EFEITOS DE REGULARIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE) –

Presente a seguinte informação: “O Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE) surge como uma oportunidade para que as empresas ou agentes económicos, que cumprem os requisitos do referido regime, tenha a possibilidade de regularizar, alterar ou ampliar a sua atividade, em conformidade com os Instrumentos de Gestão Territorial, Servidões administrativas e restrições de utilidade pública e/ou Outras condicionantes. O RERAE, é um regime excecional e transitório (caráter excecional e temporário), que estabelece procedimentos de regularização/alteração/ampliação aplicáveis às atividades económicas, estabelecimentos e explorações industriais ou outras, descritas no respetivo regime RERAE. Os pedidos de regularização seguiram-se numa 1ª fase, nos termos no Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, articulado com a Portaria nº 68/2015, de 9 de março e que posteriormente foi objeto de alteração com a extensão do âmbito e regime, através da Lei nº 21/2016, de 19 de julho, para que, numa 2ª fase, seja dado cumprimento integral ao regime jurídico setorial associado correspondente, por exemplo, à



legalização das operações urbanísticas. O RERAE estabelece, com caráter extraordinário: a) O regime de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; b) O regime a aplicar à alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública. Desde que este regime entrou em vigor, deram entrada no Município de Guimarães vários pedidos de Regularização de Atividades Económicas, dos quais a empresa Tecelagem Jortexteis, Lda., que obteve parecer favorável, de acordo com o estipulado pela Conferência decisória em 10/07/2017.

Tecelagem Jortexteis, Lda. - A atividade industrial submetida a pedido de regularização tem como suporte físico um edifício com área coberta de 1250 m² que alberga as necessárias áreas de produção, armazenagem, administrativa e social, implantado num prédio com 5556 m² de área.

Histórico do processo: 29/12/2015 - Início do procedimento - O requerente deu entrada do Pedido de regularização da atividade conforme o nº1, do artº 5, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro (NIPG nº72731/15).

28/01/2016 - Parecer CCDD-N - ofício de resposta ao pedido de parecer no âmbito do RERAE, análise da instrução do processo (OF_DPGU_MAM_794/2016 RERAE 27/2016) (NIPG nº6315/16).

15/02/2016 - Saneamento e apreciação liminar, nos termos do artº 8, do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas - RERAE relativamente a uma atividade industrial (NIPG nº72731/15).

26/03/2016 -

Parecer da Agência Portuguesa do Ambiente - sem desconformidades ou irregularidades detetadas (ARHN.DRHL.273.2016 S015634-2016) (NIPG nº19192/16). 10/05/2016 - Pedido de suspensão para completar o processo de regularização (NIPG nº25671/16). 12/07/2016 - Emissão de certidão de interesse público municipal para efeitos de regularização de construção ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro (NIPG nº18762/16). 24/10/2016 - Certidão de reconhecimento de interesse público nº1296/16, aprovada em Reunião de Câmara em 28/7/2016 e deliberado em Assembleia Municipal em 3/10/2016. 08 /02/ 2017 - Síntese do parecer urbanístico (DUPD) (NIPG nº56842/16). 06 /03/ 2017 - Síntese do parecer urbanístico (DUPD) (NIPG nº56842/16). 13/06/2017 - Parecer do ICNF - Não foram identificadas desconformidades ou restrições aos instrumentos de gestão territorial vinculativos, no âmbito das competências do ICNF, IP (36226/2017/DCNF-N/DPAP) (NIPG nº36178/17). 13-06-2017 - Marcação da conferência decisória, no âmbito do art.º 9, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, convocatória das entidades CCDR-N e ICNF (NIPG 72731/15). 10/07/2017 - Ata da Conferência Decisória no âmbito do Decreto-Lei nº 165/2014, 5 de novembro - A CCDR-N emite parecer favorável à proposta de alteração do PDM de Guimarães, nos termos expostos no referido documento (NIPG nº72731/15). Após a deliberação final da conferência decisória, a câmara municipal deve dar início ao processo de alteração ou revisão do plano ou elaboração do instrumento de gestão territorial, nos termos do artigo 12º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, que prevê a Adequação e suspensão dos instrumentos de gestão territorial no âmbito do RERA. Face ao exposto, e no sentido de adequar o uso do solo existente, dever-se-á dar início ao procedimento de alteração do PDM, de acordo com o artigo 118º do RJIGT (Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio) seguindo os procedimentos legais do RJIGT,



nomeadamente o estabelecido no artigo 119º, adequando-o ao Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE). À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

URBANISMO - CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO - SÓ CUBOS - GRANITOS UNIPESSOAL LDA, PARA FUTURA REGULARIZAÇÃO AO ABRIGO DO RERAE –

Presente a seguinte informação: “Solicita-se emissão de certidão de interesse municipal para futura regularização ao abrigo do DI 165/2014 de 5 de novembro com a publicação da Lei 21/2016 de 19 de julho (RERAE) da exploração de pedra numa área de 39954 m², no Lugar da Bouça, União das freguesias de Airão Sta. Maria, Airão s. João e Vermil. Com base nos limites de propriedade fornecidos, informa-se que o terreno em apreço se encontra classificado no PDM em vigor como: - Carta de Condicionantes: parcialmente inserido em Pedreiras; - Carta de Ordenamento: Solo Rural – Espaços florestais de produção, parcialmente em Espaços de recursos geológicos e Estrutura Ecológica Municipal – nível II e III; - Parte do terreno encontra-se ainda abrangido no PMDFCI (Plano Municipal de Defesa de Florestas Contra Incêndios) como perigosidade de incêndio classe alta e muito alta. Tendo em conta os pareceres técnicos emitidos pela DU - Planeamento (30.8.2017) e pela DDE (22.11.2017) considera-se estarem reunidas as condições à emissão da certidão solicitada tendo em conta o ponto de vista urbanístico e económico. Consultada a Junta da União das freguesias de Airão Sta. Maria, Airão S. João e Vermil sobre a proposta em apreço, refere em resposta a ofício, datada de 14.12.2017 nada ter a obstar “desde que se verifique o impacto positivo do enquadramento paisagístico que vise a requalificação da área em questão e a minimização do impacto da atividade na paisagem”. Caso se verifique a concordância superior, dada a conjugação de pareceres favoráveis consideram-se reunidas as condições necessárias à emissão da certidão solicitada. Não obstante, em fases

posteriores do processo de regularização, será necessária a implementação de um estudo de enquadramento paisagístico que vise a requalificação da área em questão e a minimização do impacto da atividade na paisagem. À consideração superior.” As referidas informações dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

DOAÇÕES – UNIVERSIDADE DO MINHO - DOAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO NO AVEPARK DO INSTITUTO CIDADE DE GUIMARÃES –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 22 de dezembro de 2017, que concordou com uma informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, datada de 19 de dezembro de 2017, respeitante à doação, à Universidade do Minho, de uma parcela de terreno para construção, designada por lote n.º 4, situada no Lugar de S. Martinho, freguesia de Barco, necessária à instalação do Instituto Cidade de Guimarães no AVEPARK, com o valor atribuído de €133.800,00. **DELIBERADO**

RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

RECURSOS HUMANOS - ORÇAMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL -

REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 31.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo dos encargos com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado, com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções e com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou



serviço. A Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2018, permite as valorizações e acréscimos remuneratórios resultantes de alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível e escalão. Assim, e de acordo com o previsto no Mapa de Pessoal para 2018 e no Orçamento de despesas com pessoal para o corrente ano, propõe-se que seja aprovada: a) A afetação ao **recrutamento de trabalhadores** para a ocupação de postos previstos no mapa de pessoal do montante total de €878.950,41; b) A afetação às **alterações de posicionamento remuneratório** obrigatórias do montante total de €329.841,01. Os montantes referidos englobam todos os encargos relativos a cada tipo de despesa, incluindo subsídios de férias e de Natal e contribuições para o sistema de proteção social.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - J. PEREIRA FERNANDESII, S.A. - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR –

Presente a seguinte proposta: “Nos termos do art.º 5.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal – RPEIM, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer

dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **J. PEREIRA FERNANDESII, SA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma enquadra-se nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **71%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **J. PEREIRA FERNANDESII, SA**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À TECMINHO - ASSOCIAÇÃO UNIVERSIDADE EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO - EVENTO FALL MEETING – Presente, para ratificação, a atribuição, à Tecminho – Associação Universidade Empresa para o Desenvolvimento - de



um apoio no valor de €1.295,24, destinado a custear as despesas com a realização do ASTPPROTON – 2017, Fall Meeting, no passado mês de novembro. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. A Vice-Presidente assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da presente proposta. -----

EDUCAÇÃO - DÉBITOS PELO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E PROLONGAMENTO DE HORÁRIO – Presente a seguinte proposta: “Os

Agrupamentos de Escolas das Taipas, D. Afonso Henriques, Abel Salazar, Mário Cardoso e Pevidém, no âmbito do processo de monitorização do fornecimento de refeições e frequência da componente de apoio à família da educação pré-escolar (prolongamento de horário) vêm solicitar à autarquia apoio para a resolução de um conjunto de situações para as quais não é possível proceder à cobrança dos montantes em débito por ser desconhecido o paradeiro do agregado familiar, ou por vulnerabilidade económica, sendo que nesta última situação os agrupamentos de escolas, nos termos da alínea b), do n.º 6, do artigo 11.º, do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, têm vindo a promover administrativamente a atribuição das condições que conferem o direito aos benefícios previstos naquele despacho, designadamente a isenção para efeitos de alimentação, de modo a evitar que os valores em dívida continuem a acumular-se. Acresce ainda que, a atualização do escalão de ação social escolar de alguns dos alunos na plataforma SIGA não foi efetuada pelos serviços administrativos daqueles agrupamentos de escolas, pelo que se torna necessário proceder à correção daqueles erros, de modo a que os alunos possam usufruir dos benefícios

previstos pela legislação em vigor no que respeita à isenção de pagamento pelo fornecimento de refeições e prolongamento de horário. Perante o exposto, e à semelhança do que tem vindo a ser efetuado em idênticas situações, propomos, nos termos da alínea ee) e hh), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: 1. a anulação do débito respeitante aos alunos: Aida Florentina Durac, no valor de €395,66, Amália Ada Durac, no valor de €588,38; Ana Maria Durac, no valor de 363,54; Geanina Rafaela Durac, no valor de 154,76; Délia Andreea Ciobotaru, no valor de €417,56; Sara Rossana Neculai, no valor de 271,54; Mihai Bogdan Neculai, no valor de €216,08 por se desconhecer o paradeiro do agregado familiar ou por emigração. 2. a anulação do débito respeitantes aos alunos: Lucas Cunha Ferreira, no valor de €105,80, por vulnerabilidade económica. 3. a anulação dos débitos respeitantes aos alunos: Afonso Pinto Ribeiro, no valor de €29,20; Martim Gonçalves Silva, no valor de €13,87; Sofia Isabel Alves Freitas, no valor de €18,98; Sónia Vanuza Maia Pinto, no valor de € 8,76; Margarida de Azevedo Gomes, no valor de €43,41; Sílvia Ariana de Azevedo Gomes, no valor de €13,14; Fábio Gabriel da Silva Barbosa, no valor de €61,66; Patricia Rafaela Guimarães Lopes, no valor de €17,52; Rodrigo Soares da Luz, no valor de €43,80 por erro na atualização do escalão de ação social escolar. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - AGRUPAMENTO CENTROS DE SAÚDE ALTO AVE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O ACES ALTO AVE – Agrupamento Centros de Saúde Alto Ave solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de senhoras, de forma a efetuar a prevenção do cancro da mama, nos dias 15, 25, 29 de janeiro, 8, 15 e 22 de fevereiro no Porto. Considerando que, se trata de deslocações que visam o rastreio do cancro da mama promovido



pela Liga Portuguesa Contra o Cancro e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 15 de dezembro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

AÇÃO SOCIAL - CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANDE S. MARTINHO -

PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Centro Social e Paroquial de Sande S. Martinho solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de um grupo de 20 crianças e 3 adultos, no dia 24 de janeiro à fábrica de calçado TAKE A WALK. Considerando que se trata da realização de uma visita de relevante interesse pedagógico e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 15 de dezembro de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - GRUPO ENCONTRO DE SABERES - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE

AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Encontro de Saberes solicitou a colaboração do município através da cedência de dois autocarros para efetuar o transporte dos idosos no dia 31 de janeiro ao cinema no Shopping Espaço Guimarães. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 15 de dezembro de 2017, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios,

submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - PANTERAS DE MATAMÁ (INFANTAS) – ATRIBUIÇÃO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO – O Presidente da Câmara retirou a proposta para ser votada em posterior reunião de Câmara com esclarecimentos adicionais. -----

DESPORTO – SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS - 2017/2018 –

Presente a seguinte proposta: “No âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães, procedeu-se à receção e análise das candidaturas para apoios aos clubes desportivos para a época desportiva 2017-2018, sendo que, na data limite para a apresentação de candidaturas, a 31 de outubro de 2017, estavam devidamente inscritos no Registo Municipal das Associações Desportivas um total de 96 clubes, requisito indispensável para a apresentação dos pedidos de apoio ao financiamento municipal. Nos termos do Regulamento, submete-se à aprovação a atribuição dos seguintes subsídios: -----

1. Apoio à construção e requalificação de instalações desportivas -----

Foram submetidas 32 candidaturas para esta época desportiva em curso e após a verificação dos critérios de elegibilidade, foi realizada uma avaliação qualitativa baseada nos termos do artigo 14º do RMADG. Mantendo-se a necessidade de dotar os principais clubes do nosso concelho com relvados sintéticos, potenciando o seu desenvolvimento desportivo e a aposta na formação de jovens, a Câmara Municipal irá apoiar a construção de mais dois novos relvados sintéticos em Selho S. Lourenço e Prazins Sto. Tirso, como resultado de um estudo elaborado pelo Gabinete de Desporto que visava determinar os clubes que reuniam as condições necessárias para esse efeito, com base em critérios objetivos como a área útil desportiva atualmente existente em cada clube, o número de campos de futebol e de



atletas e a percentagem de área desportiva por atleta. Para estes novos relvados sintéticos propõe-se atribuir um subsídio de 200.000 euros a cada um, através de Contrato-Programa a celebrar, e que implicará a disponibilização de uma verba anual de 50.000 euros, durante 4 anos. Considerando a necessidade premente de requalificação de algumas instalações desportivas que exigem uma intervenção urgente no sentido de requalificar pisos desportivos e balneários em clubes desportivos com uma forte dinâmica formativa e um número muito expressivo de atletas em competição, como são os casos do Centro Social e Paroquial de Candoso, Clube Caçadores das Taipas, União Desportiva de Polvoreira, a Associação de Ciclismo do Minho, a União Cultural Recreativa e Desportiva de Guardizela, Fórum Airão S. João, Amigos de Urgezes e Clube Desportivo de Ponte, a Câmara Municipal propõe-se atribuir os seguintes subsídios, no valor de 392.000 euros. -----

Associação de Ciclismo Minho	95.000,00 €	2ª Fase do Centro de Ciclismo do Minho em Souto Sta. Maria
Grupo Desportivo Selho	50.000,00 €	Novo relvado sintético
FC Prazins e Corvite	50.000,00 €	Novo relvado sintético
União Desportiva de Polvoreira	30.000,00 €	Obras sede social, ginásio, gabinete médico e espaço multiusos
Amigos de Urgeses	30.000,00 €	Requalificação dos Balneários, gabinete médico, relvado
Clube Caçadores das Taipas	30.000,00 €	Requalificação campo de jogo em terra batida/relvado sintético
Clube Desportivo Ponte	30.000,00 €	Obras nos balneários, ligação saneamento, painéis fotovoltaicos e rede proteção
Grupo Desportivo Selho	30.000,00 €	Prejuízos causados pelas intempéries – reposição/requalificação muros e redes metálicas
Centro Soc. Paroquial Candoso	20.000,00 €	Obras beneficiação no Pavilhão
UCRD de Guardizela	20.000,00 €	Execução de projeto de balneários e salas de apoio
Fórum Airão S. João	7.000,00 €	Execução de obras nos balneários e espaço exterior da bancada

2. Apoio à formação desportiva - Foram submetidas 47 candidaturas para 2017-2018 e após a verificação dos critérios de elegibilidade, foi igualmente realizada uma avaliação qualitativa nos termos do artigo 10º do RMADG, tendo a Câmara Municipal decidido atribuir subsídios a 47 clubes, no valor de 377.750,00 euros. A construção dos novos relvados sintéticos potenciou o aparecimento de mais equipas em alguns destes clubes desportivos,

aumentando assim o número dos atletas federados, e por conseguinte, originou um aumento dos subsídios atribuídos e esses mesmos clubes. -----

Vitória Sport Club	100.000,00 €
Moreirense Futebol Clube	20.000,00 €
Clube Desportivo Xico Andebol	15.000,00 €
CART	12.500,00 €
Casa do Povo de Fermentões	12.500,00 €
Futebol Clube “Os Piratas de Creixomil”	12.500,00 €
Guimarães Rugby Union Football Club	12.500,00 €
GDR “Os Amigos de Urgeses”	12.500,00 €
Clube Caçadores das Taipas	12.500,00 €
Brito Sport Clube	10.000,00 €
CCD Desportivo de Ronfe	10.000,00 €
Pevidém Sport Clube	10.000,00 €
GD União Torcatense	10.000,00 €
Os Sandinenses GDRC	10.000,00 €
GCD Águias Negras Tabuadelo	10.000,00 €
Clube Desportivo de Ponte	10.000,00 €
GRCD Candoso Santiago	10.000,00 €
GRC Aldão	10.000,00 €
União Desportiva de Polvoreira	10.000,00 €
ACD Ases Santa Eufémia	10.000,00 €
Guimagym	10.000,00 €
Academia de Patinagem de Guimarães	6.000,00 €
Grupo Desportivo de Selho	5.000,00 €
GD Unidos do Cano	5.000,00 €
Associação Juvenil de Karaté Portugal	3.000,00 €
JUNI	3.000,00 €
GTeam - Guimarães Football Club	2.500,00 €
Salgueiral - SARC	2.500,00 €
Centro Social de Brito	2.500,00 €
Núcleo de Atletismo das Taipas	1.500,00 €
ARCAP	1.500,00 €
Clube Ténis de Guimarães	1.500,00 €
União Desportiva de Airão	1.250,00 €
Futebol Clube Prazins e Corvite	1.000,00 €
Associação AMAR BTT Torcatense	1.000,00 €
Associação Cultural e Recreativo Lordelo	1.000,00 €
Clube Rope Skipping das Taipas	1.000,00 €



ACRD Nespereira	1.000,00 €
Centro Social e Paroquial de Candoso	1.000,00 €
UCRD de Guardizela	1.000,00 €
GDRC Os Mesmos das Cancelas da Veiga	1.000,00 €
ADC KFT Guimarães	1.000,00 €
Clube de Ténis das Taipas	1.000,00 €
Grupo Recreativo e Desportivo de Donim	1.000,00 €
Grupo Desportivo de Serzedelo	500,00 €
Clube de Ténis de Mesa das Taipas	500,00 €
Clube Desportivo de Guimarães	500,00 €

3. Apoio à realização de eventos desportivos - Foram submetidas 29 candidaturas para esta época desportiva, e após a verificação dos critérios de elegibilidade, foi igualmente realizada uma avaliação qualitativa nos termos do artigo 10º do RMADG, tendo a Câmara Municipal decidido atribuir subsídios a 7 associações, no valor de 35.500 euros: -----

AMAR BTT Torcatense	2.000,00 €
Associação de Futebol Popular de Guimarães	15.000,00 €
Associação de Ciclismo do Minho	10.000,00 €
ERDAL – Trail de Urgeses/Trail Fundador	5.000,00 €
UCRD de Guardizela	2.000,00 €
Núcleo de Atletismo das Taipas	2.000,00 €
Casa do Povo de Cerzedo	1.000,00 €
Clube Desportivo de Guimarães /KickBoxing	500,00 €

4. Apoio à atividade competitiva internacional e deslocações ao estrangeiro -----

Foram submetidas 5 candidaturas para esta época desportiva e, após a verificação dos critérios de elegibilidade, foi igualmente realizada uma avaliação qualitativa nos termos do artigo 10º do RMADG, tendo a Câmara Municipal decidido atribuir um subsídio a uma associação no valor de 2.000 euros: -----

AMAR BTT Torcatense	2.000,00 €
---------------------	------------

Em síntese, e no conjunto, são atribuídos para a época desportiva 2017-2018 um total de €807.250,00 de apoios municipais aos clubes e associações desportivas sedeadas no Município de Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR**

POR UNANIMIDADE. DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO DE €200.000,00 AO GRUPO DESPORTIVO DE SELHO PARA A EXECUÇÃO DE RELVADO SINTÉTICO, ATRAVÉS DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR E QUE IMPLICARÁ A DISPONIBILIZAÇÃO DE UMA VERBA ANUAL DE €50.000,00, DURANTE 4 ANOS. -----

DESPORTO - CASA DO POVO DE FERMENTÕES - ALUGUER DE AUTOCARRO

– SUBSÍDIO EXTRAORDINÁRIO - Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Fermentões é uma instituição com várias valências e a componente desportiva tem um grande destaque nas suas atividades. A prática do andebol está na sua génese e foram muitos os Vimaranenses que por lá passaram, pois a formação esteve sempre ligada à prática desportiva. Esta instituição participou num torneio de andebol realizado em Santa Maria da Feira entre os passados dias 27 e 30 de dezembro, pelo que proponho que a Câmara Municipal delibere atribuir à Casa do Povo de Fermentões, um subsídio extraordinário, ao abrigo do nº 6 do artigo 2º do REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS DE GUIMARÃES, de €500,00 (quinhentos euros), destinados a participar nos custos com o aluguer de um autocarro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

DESPORTO – GRUFC – GUIMARÃES, RUGBY UNION FUTEBOL CLUBE -

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - Presente a seguinte proposta: “O GRUFC – Guimarães, Rugby Union Futebol Clube é o único clube de Guimarães vocacionado para a prática do rugby e com grandes resultados alcançados a todos os níveis, quer seja na formação como na equipa sénior. Apesar dos poucos anos de atividade que este clube tem, a dinâmica envolvida deveras assinalável envolvendo os atletas e respetivas famílias, para juntos, alcançarem o sucesso desportivo. A formação é o principal pilar deste clube, fazendo frequentemente ações de prospeção junto dos estabelecimentos de



ensino do nosso Concelho, que se têm revelado um autêntico sucesso, engrossado de forma significativa as suas fileiras formativas. Já nos seniores, os sucessos desportivos são do conhecimento de todos, com um percurso meritório e assinalável, que os levou a subir de Divisão na última temporada, servindo de grande incentivo aos atletas mais jovens. O GRUFC foi criado em 2008, e desde logo pretendeu criar uma filosofia muito própria, de acordo com o “Rugby way of life” incutindo aos seus aficionados e jogadores todos os valores atrás mencionados e enraizados na modalidade. Neste sentido, proponho que a Câmara Municipal delibere atribuir, ao GRUFC – Guimarães, Rugby Union Futebol Clube, um subsídio extraordinário, ao abrigo do nº 6 do artigo 2º do REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS DE GUIMARÃES, de €1.000,00 (mil euros), destinado a custear o aluguer de um autocarro para a realização de um jogo da terceira eliminatória da Taça de Portugal em Setúbal.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS - CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2018 – RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO –

Presente a seguinte informação: “No passado dia 21 de dezembro foi presente ao órgão executivo uma proposta de constituição de fundos de maneo para diversos serviços municipais, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (Considerações Técnicas 2.9.10.1.11) e do n.º 4 do art.º 12.º do Regulamento Interno da Contabilidade e, ainda, do art.º 2º do Regulamento de Controlo Interno dos Fundos de Maneio. Dessa proposta constava a constituição de um fundo de maneo para a Divisão de Trânsito e Espaço Público, nos seguintes termos: “ 2 - *Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito e Espaço Público – €600,00 (seiscentos euros) para despesas com combustível – correspondendo €200 (duzentos euros) a gasolina (rubrica 05/02010201) e €200 (duzentos euros) a gasóleo – (rubrica*

05/02010202).” No entanto, verificou-se um lapso na redação deste parágrafo uma vez que o valor total de €600,00 não corresponde à soma das duas parcelas de €200,00 ali discriminadas. É, assim, necessário retificar aquela deliberação na parte que respeita à constituição deste fundo de maneiio, da seguinte forma: “2 - *Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito e Espaço Público – €600,00 (seiscentos euros) para despesas com combustível – correspondendo €300 (trezentos euros) a gasolina (rubrica 05/02010201) e €300 (trezentos euros) a gasóleo – (rubrica 05/02010202).*” Coloca-se, assim, à consideração do Sr. Presidente a submissão de uma proposta, ao executivo municipal, para retificação desta deliberação, nos termos supra expostos.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS ASSOCIADAS À INSTALAÇÃO DE PONTO DE CARREGAMENTO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS EM DOMÍNIO PÚBLICO, NO PARQUE INDUSTRIAL DE PONTE, PELA EMPRESA PETROTEC – Presente a seguinte proposta: “É pretensão da empresa PETROTEC - Inovação e Indústria, SA, promover a instalação de um Ponto de Carregamento (PC) de Veículos Elétricos (VE) em domínio público, junto das suas instalações, localizadas no Parque Industrial de Ponte. O artigo 25.⁹ do Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, republicado pelos Decreto-lei n.s 170/2012, de 1 de agosto, e 90/2014, de 11 de junho, estabelece que a instalação de pontos de carregamento em local público, de acesso público, em domínio público, depende da titularidade de licença de utilização privativa do domínio público para a instalação e operação de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, a qual deve ser concedida por período equivalente ao da licença do respetivo operador de pontos de carregamento, abrangendo, pelo menos, as áreas necessárias à colocação do ponto de carregamento e ao estacionamento do(s) veículo(s) durante o



respetivo carregamento. A Portaria n.º 222/2016, de 11 de agosto, estabelece os termos aplicáveis às licenças de utilização privativa do domínio público, para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos em local público de acesso público no domínio público. Nos termos da referida legislação, foi deferida a ocupação do espaço público, pela atribuição de licença de utilização privativa do domínio público, para a instalação de ponto de carregamento de baterias de veículos elétricos no local preconizado pelo preponente, mediante cumprimento dos seguintes requisitos: apresentação de comprovativo da licença emitida pela Direção-Geral de Energia e Geologia, para o exercício da atividade de operação de pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica; integração do ponto de carregamento na rede MOBI.E; acesso público ao ponto de carregamento; sinalização do local, nos termos da legislação vigente, designadamente quanto à afetação do lugar de estacionamento a veículos em carregamento; cumprimento dos demais deveres previstos na portaria supra citada, designadamente no seu artigo 5.º, sem prejuízo dos demais. A referida empresa requereu ainda a isenção do pagamento das taxas inerentes, pelo que, tratando-se de uma ação que visa o aumento da rede de pontos de carregamento de veículos elétricos no Concelho, bem como o objetivo estratégico do Município no fomento da Mobilidade Elétrica, coloca-se à consideração superior, ao abrigo do art.º 55.º e do n.º 8 do art.º 56.º do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais, a submissão de uma proposta ao executivo camarário, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal, que confira à PETROTEC-Inovação e Indústria, SA, a isenção do pagamento das taxas devidas pela ocupação do espaço público - lugar de estacionamento e ponto de carregamento (13m²), e de passagem da infraestrutura entre o pavilhão e o ponto de carregamento (40m), no triénio 2018-2020, num total de

€1.581,00, relativa à taxa de OEP, €2,85m²/mês, e à passagem da infraestrutura €2,06/m/ano, respetivamente, €1.333,80 e €247,20.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

RELATÓRIO E CONTAS – INCLUSÃO DO SALDO TRANSITADO DO ANO 2017

NOS FUNDOS DISPONÍVEIS – Presente a seguinte proposta: “Considerando que: 1. Para cumprimento do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que regulamenta a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, se impõe o registo dos compromissos da seguinte forma: a) Para os compromissos que se enquadrem no n.º 1 do referido artigo, pelo seu valor integral, independentemente do momento em que ocorre a execução física e financeira dos contratos nomeadamente para os celebrados com as empresas municipais e fundações; b) Para os que se enquadrem no n.º 2 deste artigo, deve ser efetuado pelo montante efetivamente a pagar no período de determinação dos fundos disponíveis (caso dos salários, comunicações, eletricidade, fornecimentos contínuos); 2. O cálculo dos fundos disponíveis é efetuado para períodos de seis meses nos termos do n.º 1 do artigo 82º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro; 3. A receita a utilizar para o cálculo dos fundos disponíveis está condicionada a esse período de seis meses; 4. A alínea a) do nº3 do artigo 5º do mencionado Decreto-Lei nº 127/2012 determina que “integram ainda os fundos disponíveis, os saldos transitados do ano anterior cuja utilização tenha sido autorizada nos termos da legislação em vigor”; 5. O Município necessita de dispor de fundos disponíveis para fazer face a despesas imprescindíveis constantes dos documentos previsionais aprovados para o corrente ano; 6. Nos termos da alínea i), do nº1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara aprovar os documentos de prestação de



contas; 7. Que o mapa de fluxos de caixa integra os documentos de prestação de contas; 8. Que o saldo da gerência anterior só pode ser integrado com aprovação dos fluxos de caixa. **PROPONHO: 1.** A aprovação do MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2017 (em anexo); **2.** A autorização, nos termos e para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), da integração nos fundos disponíveis dos saldos transitados do ano anterior, nos termos da alínea a), do nº 3, do artigo 5º, do aludido Decreto-Lei nº 127/2012.” O mapa de fluxos de caixa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS DEZ HORAS E QUARENTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----